



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Handwritten signature in blue ink.

AA
Nº 70010129690
2004/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

TRIBUNAL PLENO

Nº 70010129690

PORTO ALEGRE

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-
GERAL DE JUSTIÇA

PROPONENTE;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO

REQUERIDA E

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-
GERAL DO ESTADO

INTERESSADO.

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Na ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Sr. Procurador-Geral da Justiça, cujo objeto é a Lei 12.131/04-RS, postulam sua intervenção: (a) Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; (b) Cedrab – Congregação em defesa das Religiões afro-brasileiras; (c) Unegro – União dos Negros pela Igualdade; (d) Ilê Axé Yemonja Omi-Olodo e C.E.U Cacique Tubinambá; (e) Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, através da petição de fls. 162/163, invocando a condição de *amicus curiae*, e sua condição de terceiros interessados, nos termos dos artigos 50 e 52 do Cód. de Proc. Civil.

Também pleiteia ingresso, nas mesmas condições, o Movimento Negro Unificado – MNU, invocando o art. 7.º, da Lei 9.868/99, através da petição de fls. 440/465.



AA
Nº 70010129690
2004/CÍVEL



521
Aruel
TO

Relatei, passo a decidir.

II - MOTIVAÇÃO

Não é admissível a intervenção de terceiros na ação direta de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 7.º, *caput*, da Lei 9.868/99.

Trata-se de processo objetivo, no qual não se debatem interesses subjetivos. E pouco importa que a intervenção seja pleiteada por algum co-legitimado (art. 95, § 2.º, V, da CE/89). A respeito, a lição de OSWALDO LUIZ PALU (**Controle de constitucionalidade**, n.º 9.6.35, pp. 216-217, São Paulo, RT, 1997):

*"Na ação direta de inconstitucionalidade descabe a intervenção assistencial, posto ter sido a norma especial do art. 169, § 2.º, do RISTF, recebida pelo novo ordenamento constitucional, prevalecendo sobre o disposto no art. 50 do Código de Processo Civil, lei geral. E a natureza eminentemente objetiva do processo de controle abstrato da constitucionalidade não dá lugar à intervenção de terceiros que pretendam, como assistentes, defender interesses meramente subjetivos. No que concerne à formação litisconsorcial passiva na ação direta, somente se legitima em face dos órgãos estatais de que emanou o ato impugnado. O particular não se qualifica como litisconsorte passivo e processo de controle abstrato, em face da necessária estatalidade do ato normativo nele impugnado, posto que a fiscalização da constitucionalidade não abrange normas provenientes da autonomia privada. **Mesmo alguns dos demais legitimados ativos não teria interesse além daquele já deduzido em juízo, a defesa da ordem jurídica, em ação da qual o autor não pode desistir**". (Grifei)*



522
70

AA
Nº 70010129690
2004/CÍVEL

Este último argumento se afigura decisivo e não vejo como fugir de dois termos de alternativa: ou o processo já se encontra instaurado, e falta ao co-legitimado interesse em renová-lo em termos análogos; ou, ao invés, sua intervenção visa a opor-se à pretensão, e, nesta hipótese, deturpa-se o processo objetivo através da instituição de partes antagônicas.

Por outro lado, a breve menção do Sr. Desembargado VASCO DELLA GIUSTINA (**Leis municipais e seu controle constitucional pelo Tribunal de Justiça**, n.º 25, p. 112) de que semelhante orientação “*tem sido criticada*” não significa adesão à crítica.

É firme a jurisprudência do STF acerca deste ponto. Invoco, a propósito, Acórdão do Pleno (Edadiq 1.105-DF, Rel. o Sr. Ministro MAURÍCIO CORREIA, não publicado), que reza:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. LEGITIMIDADE. QUESTÃO DE ORDEM. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, DE TERCEIRO PREJUDICADO E DE ASSISTENTE. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

“1. Ação direta de inconstitucionalidade. Intervenção de terceiros e assistência. Impossibilidade: Lei 9.868/99, artigo 7.º, e RISTF, artigo 169, § 2.º. Recurso interposto por terceiro prejudicado. Não cabimento. Precedentes.

“2. Embargos de declaração opostos pela Ordem dos Advogados do Brasil. Legitimidade. Questão de ordem resolvida no sentido de que é incabível a interposição de qualquer espécie de recurso por quem, embora legitimado para a propositura da ação direta, nela não figure como requerente ou requerido.

“Embargos de declaração não conhecidos”.



522
Tribunal

AA
Nº 70010129690
2004/CÍVEL

No caso vertente, a intervenção dos requerentes como *amicus curiae* se mostra inadmissível. Em relação às quatro primeiras entidades, não há notícia de sua representatividade maior ou menor, o que constitui obstáculo insuperável à sua participação. No que tange ao Movimento Negro Unificado – MNU, há que se considerar a relevância da matéria e o contexto geral da controvérsia. De fato, a intervenção dessas entidades, ou de outras que se opõem à lei, provocaria um doloroso e estéril debate acerca de temas alheios à questão constitucional. Em vez de apaziguar os ânimos, legitimando a decisão porventura tomada pelo Tribunal, o contraditório tão-só acirraria um debate teológico descabido no âmbito da ação direta.

No entanto, as peças e documentos produzidos podem ficar nos autos, como decidiu o Sr. Ministro MARCO AURÉLIO (Adi 2.950-RJ, 01.03.04, DJU 28.05.04, p. 64), para fins de esclarecimento e subsídio.

III – DISPOSITIVO

Pelo fio do exposto, indefiro a intervenção, admitindo, porém, as peças à guisa de esclarecimento da matéria. Tratando-se de decisão irrecorrível, nos termos do art. 7.º, § 2.º, da Lei 9.868/99, intinem-se, e, após, colha-se o parecer do Ministério Público para ir a julgamento.

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2004.

Desembargador **ARAKEN DE ASSIS**, Relator.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



523
10

AA

Nº 70010129690

2004/CÍVEL



Número Verificador: 700101296902004723836

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: Araken de Assis

Nº de Série do certificado: 4E35A83B926ECE058A7D9636629687E8

Data e hora da assinatura: 09/12/2004 15:14:31

RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2004.

Thiery Quinto
p/Secretária do Tribunal Pleno.

Número Verificador: 700101296902004723836